

Revista de Literatura,
História e Memória

Literatura e Cultura
na América Latina

ISSN 1809-5313

VOL. 5 - Nº 5 - 2009

UNIOESTE / CASCAVEL

P. 99-105

MALABARISMOS LITERÁRIOS EM GALANTES E ADMIRÁVEIS AVENTURAS DO VIRTUOSO CONSELHEIRO GOMES, O CHALAÇA

QUADROS, Deisily (UFPR)*

SOERENSEN, Claudiana (UFPR)**

RESUMO: A obra *Galantes e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça*, foi publicada no ano de 1994 pelo autor José Roberto Torero. O romance contém as supostas memórias do conselheiro Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, fiel secretário particular de D. Pedro I, personagem que viveu os mais importantes fatos do período do Primeiro Império. A ficção, portanto, tem como matéria o passado histórico ficcionalizado, tratando-se de um Romance Histórico: não repete os grandes acontecimentos passados, mas os ressuscita sob outras perspectivas, sob o olhar do literário, e retrata não o herói clássico, mas o ser humano movido pelos mais diversos sentimentos. Logo, enquanto um discurso literário, ficcional, pode subverter a veracidade da história oficial, recriando-a. É o que faz Torero quando utiliza em sua obra seus malabarismos literários. E é esse jogo literário que será aqui analisado, verificando como se dá a existência dessa tênue linha entre ficção e história, entre o real e o imaginário criado pela literatura. O presente estudo visa, portanto, investigar como o autor problematiza os conceitos de história oficial e ficcional e conta a história factual do Primeiro Império sob o olhar da ficção, sob a expectativa do literário, sob as impressões registradas pela memória de um certo narrador-personagem, "*tomado da mais pura liberdade ficcional*", chamado Chalaça.

PALAVRAS-CHAVE: José Roberto Torero, Literatura Brasileira, Ficção Histórica.

ABSTRACT: The work *Galantes e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça*, was published in 1994 by the author José Roberto Torero. The novel contains the supposed memories of the counselor Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, faithful private of D. Pedro I, character who lived the most important facts of the "First Empire period". The fiction, therefore, has as its subject the historical past transformed into fiction, as it's a Historical Romance: it does not repeat the big event from the past but revives them under other perspectives, under the look of the literary, and it portrays not the classic hero, but the human being moved by the most variable feelings. So, as a literary and fictional speech, it can change the truthfulness of the official history, recreating it. That's what Torero does when he uses in his work his literary jugglings. And this is the literary game that will be analyzed here, verifying how the existence of this tenuous line between fiction and history occurs, between the real and imaginarn created by

the literature. This study aims, therefore, to investigate how the author discusses the concepts of the official and fictional history and tells the factual history of the First Empire under the fiction eyes, under the expectation of the literary, under the registered impressions of a certain narrator-character, captured by the purest functional freedom, called Chalaça.

KEY-WORDS: José Roberto Torero, Brazilian Literature, History Fiction

A obra *Galantes e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça*, foi publicada no ano de 1994 pelo autor José Roberto Torero. O romance contém as supostas memórias do conselheiro Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, fiel secretário particular de D. Pedro I, personagem que viveu os mais importantes fatos do período do Primeiro Império. A ficção, portanto, desenvolve-se a partir do suposto diário de Chalaça, que tem início durante a guerra de D. Pedro I contra os miguelistas (1832) e segue até o ano de 1835. E a biografia do Conselheiro Gomes – que também faz parte do diário – tem início no ano do seu nascimento, 1809, e se finda em 1832, ano das Guerras Liberais em Portugal.

Assim, *O Chalaça* tem como matéria o passado histórico ficcionalizado e narrado em primeira pessoa. Este tempo passado, porém, permanece “ainda vivo, sujeito a revisões, inconfundível com o passado mítico, cristalizado, imutável”. (WEINHARDT, 1994, p. 50). Afinal, as conseqüências dos atos praticados no Primeiro Império, como a Independência do Brasil, são ainda vivenciadas nos dias de hoje. Trata-se, portanto, de um Romance Histórico como o quer Lukács: não repete os grandes acontecimentos passados, mas os ressuscita sob outras perspectivas, sob o olhar do literário, e retrata não o herói clássico, mas o ser humano movido pelos mais diversos sentimentos. Logo, enquanto um discurso literário, ficcional, pode subverter a veracidade da história oficial. E é o que faz.

Criando uma narrativa ficcional pelo viés de uma personagem histórica – o Conselheiro Gomes –, Torero subverte esta história oficial. O Chalaça não é uma personagem central da história do Brasil, como o é D. Pedro I, por exemplo, mas passa a sê-la e é recriada pela narrativa ficcional por meio da subversão e da ironia. Daí não se tratar de um herói, mas de um *manganão*, como o descreve D. Pedro I na orelha do livro que “psicografou” – falaremos sobre a orelha do livro no decorrer do texto. O próprio apelido do Conselheiro já conduz o leitor ao reconhecimento da personalidade do protagonista-narrador: Chalaça, segundo o *Dicionário Aurélio* (1999), quer dizer “1. Zombeteiro; 2. Gracejo de mau gosto, ou insolente; graçola, chocarrice; 3. Caçoada, troça, zombaria”.

Essa ficcionalização de uma personagem histórica que não ocupa posição de destaque na história factual insere o romance em questão na modalidade *personagens históricas*. Segundo a proposta da professora Marilene Weinhardt

(2006), a ficção histórica brasileira contemporânea produzida nas décadas de 80 e 90 – tendo como ponto de partida o romance *Em Liberdade*, de Silvano Santiago, por razões que não cabem ser discutidas aqui – pode ser submetida a uma classificação em dez modalidades: Grandes painéis, lutas armadas, momento histórico, personagens históricas, cotidiano, anônimos no registro histórico, imigração, olhar além das fronteiras nacionais, personagens históricas literárias e diálogo com a história literária. Por se apropriar de personagens da história oficial e fazer de Chalaça o protagonista da ficção e de D. Pedro I, personagem de grande importância na história do Brasil, uma personagem de segundo plano no Romance, subvertendo, portanto, os fatos conhecidos, a classificação de *O Chalaça* nos parece acertada.

Duas das características da narrativa já apresentadas anteriormente – a distorção da história oficial mediante omissões e exageros e a ficcionalização de personagens históricas – fazem de *O Chalaça* um Novo Romance Histórico, segundo a definição de S. Menton (1993). E essa subversão da história oficial contribui para o reforço da tênue linha existente entre a ficção e a história, bem como os artifícios, utilizados por Torero, que distorcem a história conhecida e, ao mesmo tempo, creditam uma verossimilhança ao romance, contribuindo para que o leitor faça o pacto ficcional com o narrado. A esses artifícios denominaremos malabarismos literários, já que o autor joga habilmente com o leitor quando, por exemplo, utiliza-se dos elementos habitualmente pré-textuais em um livro – capa, resumo, orelha – como parte integrante da ficção.

A tentativa de criar o pacto ficcional já tem início na capa do livro. As memórias do Conselheiro Gomes são “trazidas à luz por José Roberto Torero”. Ou seja, não foi o autor quem criou a história, esta foi trazida pelo artífice da memória do Chalaça e *psicografada* por Torero, que seria um mero “copista” da realidade. Logo, o que escreve não seria uma criação, mas a história oficial. E o jogo literário continua na orelha. *Psicografada* por D. Pedro I, fala sobre o Chalaça e justifica os seus possíveis “exageros e omissões em sua narrativa” atribuindo-os à memória, que prolonga vitórias e dissimula derrotas. Atesta ainda a veracidade dos fatos, embora admita que “uma ou outra vírgula possam ter sido inventadas”. Esse ir-e-vir ora ao real, ora ao ficcional demonstra o estreito limite entre a história factual e a literatura, o que está posto ao final da orelha: “[...] mas o leitor há de convir que a ciência da história fica ainda mais bela se enfeitada pela arte do mentir, e nisso o autor deste livro mostra-se inigualável”. É da proximidade entre o discurso histórico e o discurso ficcional e, ao mesmo tempo, da impossibilidade destes se confundirem que fala o autor. O narrador da ficção tem a liberdade de criar, sem um

compromisso com o verídico. Isso porque, segundo Costa Lima (apud WEINHARDT, 2002, p. 32) “a verossimilhança da ficção não é a mesma da história. Para esta, é verossímil o que se constrói como verdade, enquanto para aquela basta que pareça verdadeiro”.

No prefácio que ocupa as páginas 09 e 10 do livro, o malabarismo literário tem continuidade. O “autor” declara-se historiador e apresenta sua pesquisa e método para encontrar e fazer uso do diário do Chalaça.

Prefácio

O diário do conselheiro Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, é um dos **documentos** mais buscados de que se tem notícia na **história nacional**. O interesse dos **historiadores**, entre os quais me incluo, justifica-se pelo fato de que Gomes da Silva, secretário particular de D. Pedro I, foi um personagem que viveu os mais importantes fatos do nascente Império brasileiro, e suas anotações proporcionariam uma visão mais ampla dos **bastidores** dessa parte de nossa história. [...]

Por questões éticas e exigência do editor, devo advertir que pairam dúvidas sobre a autenticidade destes papéis. O **professor** Emanuel Rodrigues, da faculdade de Letras de Lisboa, afirma que o vocabulário do diário traz expressões pouco frequentes nos textos da época em que pretensamente teria sido escrito, e o professor Segismundo Rocha, da faculdade de História do Porto, notou alguns equívocos de datas e nomes. Porém, creio firmemente que a natureza informal que se imprime a um diário possa explicar a coloquialidade e os eventuais erros históricos do texto.

Adiantando ao leitor que adotei por **método** manter estrita obediência à ordem dos apontamentos, o que inclui, além das anotações, cartas, reflexões e algumas memórias. (TORERO, 1994, p. 09-10). (Grifos do autor)

Expressões como “documentos”, “história nacional”, “historiadores”, “pesquisadores”, “professor”, “investigações” e “método”, contidas no prefácio assinado pelo autor, atribuem veracidade ao narrado, ao mesmo tempo que a advertência de “que pairam dúvidas sobre a autenticidade destes papéis” faz com que o jogo real x fictício continue. E o fato dos acontecimentos a serem revelados fazerem parte dos “bastidores”, ou seja, de pertencerem à história que não está ao alcance do público, e de “renomados” professores constatarem a ocorrência de certos equívocos, justifica os possíveis estranhamentos que o que será dito poderia causar.

O jogo com o leitor ainda está presente no resumo assinado pelos editores, postado na capa final do livro. Os editores problematizam a história e a ficção

e põem em dúvida a obra enquanto documento histórico, ressaltando a importância da liberdade ficcional:

[...] Apresentada à editora como autêntico documento histórico, na verdade a obra real nos parece fruto da mais pura liberdade ficcional. Perdoem-nos os leitores se tal suspeita se origina de um ato de imodéstia de nossa parte, pois afinal que mérito teríamos nós em apresentar ao público um novo pesquisador de raridades histórico-literárias? Sem dúvida interessa-nos muito mais bradar a plenos pulmões (como fizeram alguns personagens em famosa cena recontada neste livro): descobrimos um autor! (TORERO, 1994).

Novamente está posto o limite tão sutil entre história e ficção. E a diferença entre uma e outra é atribuída à liberdade ficcional de narrar; ou seja, o romance histórico é aquele que não narra o fato tal qual aconteceu, que não figura o personagem tal qual sua existência real, mas que *re-cria* sem um compromisso com a realidade como o tem o historiador, *re-conta* subvertendo o factual. Romance histórico é, portanto, a literatura que, “embora totalmente fictícia, assume como preocupação central a História e a expressão de uma visão histórica”. (CHAVES, 1988, apud WEINHARDT, 1994, p.56).

E há ainda as notas de rodapé que explicitam comentários e explicações de alguns apontamentos do Conselheiro Gomes. Das seis notas criadas com o intento de atribuir verossimilhança ao narrado, destaco uma: “Esta dedicatória pode ser considerada mais uma evidência da autenticidade do texto. Acredito que Francisco Gomes da Silva tenha enviado o texto para seu filho através de João Carlota, que esteve no Brasil em 1838, segundo jornais da época”. (TORERO, 1994, p. 57).

Esta é uma nota que se refere ao fato do Chalaça dedicar sua biografia ao seu filho Francisco: “Quanto à minha biografia, declaro, desde agora e para sempre, escolhido o meu amado filho Francisco, de quem estou separado pelas águas do oceano, e de cuja história todos saberão a seu tempo”. (TORERO, 1994, p. 57). Com a nota de rodapé, o autor joga com o leitor proporcionando uma vez mais o pacto ficcional por meio da expressão “autenticidade do texto”, brincando novamente com os conceitos de ficção e história.

Esses malabarismos literários – capa, orelha, prefácio, resumo e notas de rodapé – tornam-se, portanto, partes integrantes do texto e não mais elementos pré-textuais e são escritos pelo viés do humor e da ironia, características estas que perpassam todo o texto ficcional. A história factual é parodiada e um outro discurso é construído. Linda Hutcheon alega que criar uma paródia “não se trata de uma questão de imitação nostálgica de modelos passados: é uma confrontação estilística,

uma recodificação moderna que estabelece a diferença no coração da semelhança”. (HUTCHEON, 1985, p. 19). É essa recodificação que ocorre, por exemplo, com o fato histórico da Independência do Brasil quando apresentado no romance. No regresso de uma viagem a Santos, D. Pedro II e seus companheiros passavam mal de “convulsões intestinais” e estavam procedendo ao “despejamento”, próximos ao riacho do Ipiranga, após comer costeletas de porco oferecida por seus anfitriões, quando o Príncipe recebe uma carta da Princesa e de José Bonifácio destituindo-o do cargo de Príncipe Regente. Então, D. Pedro bradou “Laços fora, soldados!” e, erguendo a espada, “Viva a independência e a separação do Brasil!”. “Independência ou morte!”.

Por um momento, ninguém soube o que dizer. Não se podia responder àquela frase com um simples “Viva!” ou um “Eia!”, muito menos com um “Saúde!” Senti que precisava responder em nome de todos. Ergui então a minha espada, armei-me de coragem e soltei um potente berro:

“Independência ou morte!” [...]

O Príncipe encheu-se de contentamento diante daquela aclamação e continuou a repetir o mesmo grito, e nós, obedientes, fazíamos o eco e dávamos cutiladas no ar. Assim foi por uns dez minutos, até que D. Pedro cansou, esporeou o animal e nós seguimos, a todo o correr dos cavalos até São Paulo. (TORERO, 1994, p.110-111).

A história, portanto, é parodiada. Há a apropriação de um discurso histórico oficial e, por meio da subversão, um outro discurso é criado. O grito de independência deu-se ao acaso, num momento um tanto vexatório e divertido, segundo a narrativa. Nada há de heróico. Para que esse recurso textual funcione, no entanto, faz-se necessário “que o decodificador construa um segundo sentido através de interferências acerca de afirmações superficiais e complemente o primeiro plano com o conhecimento e reconhecimento de um contexto de fundo”. (HUTCHEON, 1985, p. 21). Ou seja, para que o leitor reconheça a paródia, deverá fazer parte de seu repertório a história oficial que foi distorcida. A paródia funciona como um *vazio* no texto, rompendo “com as conexões entre os segmentos de um texto, a plena eclosão deste processo se dá na imaginação do leitor”. (ISER, 1996, p. 109).

Procuramos, ao longo deste estudo, demonstrar como o discurso histórico oficial aproxima-se do ficcional e o modo como o autor de *O Chalaça* aproveitou-se dessa linha tênue em sua narrativa. Torero joga com o leitor utilizando-se de malabarismos literários que permeiam seu fazer literário e brinca o tempo todo

com os sutis limites entre ficção e história, atribuindo ao narrador a diferença entre uma e outra. É com uma linguagem bem humorada e por meio da ironia e da paródia que o artífice desse romance problematiza os conceitos de história oficial e ficcional e conta a história factual do Primeiro Império sob o olhar da ficção, sob a expectativa do literário, sob as impressões registradas pela memória de um certo narrador-personagem, “tomado da mais pura liberdade ficcional”, chamado Chalaça.

NOTAS

* Graduada em Letras pela UFPR e mestranda em Estudos Literários na Universidade Federal do Paraná.

** Graduada em História e Letras pela UNIOESTE e mestranda em Estudos Literários na Universidade Federal do Paraná.

REFERÊNCIAS

CHAVES, F. L. História e literatura. In: WEINHARDT, M. Considerações sobre o romance histórico. *Revista Letras*, Curitiba, n. 43, p. 56, 1994. Editora da UFPR.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

HUTCHEON, L. *Uma teoria da paródia*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

ISER, W. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1996.

MENTON, Seymour. *La Nueva Novela Histórica de la América Latina: 1979-1992*. México:Fondo de Cultura Económica, S. A., 1993.

TORERO, J. R. *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WEINHARDT, M. Considerações sobre o Romance Histórico. In: *Revista Letras*, Curitiba, n.43, p. 50, 1994. Editora da UFPR.

WEINHARDT, M. Ficção e História: retomada de antigo diálogo. In: *Revista Letras*, Curitiba, n.58, jul./dez. 2002. Editora da UFPR.